



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 19 - Nº 348 - DE 04 A 18 DE NOVEMBRO DE 2007 - R\$ 2,00



**Movimento do
Passe Livre é reprimido
no Paraná**



**A marcha da
crise internacional
e a crise política**



**Estudantes se
mobilizam contra
o REUNI de Lula**

90 anos da Revolução Russa - 1917-2007



**Defesa da Revolução e
Ditadura Proletárias
Construir o Partido Mundial
da Revolução Socialista
Reconstruir a IV Internacional**

POR Partido
Operário
Revolucionário

Jornal



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS
4 MASSAS

Persistência da crise de julho

O estopim da crise financeira norte-americana, manifestada em julho/07, expôs as contradições que se avolumam e as dificuldades de serem contornadas pelos mecanismos do capital imperialista. A existência de 64 trilhões de dólares no mercado especulativo e uma produção mundial circunscrita a 30 trilhões de dólares revela o impasse insolúvel do sistema capitalista. A distância entre o crescimento especulativo e o produtivo tende a se aprofundar, tornando-se fonte de crises constantes, abruptas e mais duradouras.

O carro-chefe da crise se localiza nos Estados Unidos, maior importador de mercadorias e maior devedor do mundo. A denominada “bolha imobiliária” trouxe à tona as dívidas públicas, de cartões de crédito, de automóveis, bancárias etc. Na base da crise está o consumidor norte-americano de classe média.

A China e Japão temem a queda de suas exportações para os Estados Unidos e a queda do valor de todas as suas aplicações em dólares (títulos públicos, ações de empresas etc). A China exporta para os EUA 287,1 bilhões de dólares anuais. Qualquer estremecimento desse mercado atinge os setores produtivos chineses, que dependem desse comércio. Bancos da Inglaterra, França e outros países estão interligados à crise americana.

A política do FED (Banco Central dos EUA) é de abaixar os juros na tentativa de “acalmar” os mercados. Observa-se, por outro lado, pressões inflacionárias. Não se pode falar mais de equilíbrio entre juros baixos que alimentam o consumismo e estabilização dos preços.

Soma-se a isso a alta do petróleo, que elevou os preços às alturas. O preço de quase 100 dólares o barril é um recorde que afeta setores produtivos dos Estados Unidos, grande importador.

A economia mundial, que tinha uma previsão do FMI de crescimento de 4,8% em 2008, pode sofrer um revés com a desaceleração do consumo americano e a desvalorização do dólar. Há um prognóstico de elevação da inflação e do desemprego nos EUA, que só não se projetaram em função da intervenção do Banco Central na liquidez do mercado financeiro.

Os problemas sociais na maior potência tendem a se agravar ainda mais. Os serviços públicos, entre eles a educação, vêm se deteriorando e golpeando camadas enormes da população. A imigração é crescente e as medidas governamentais geram revoltas massivas. A destruição de empregos e direitos nas montadoras, a exemplo da GM, obriga a classe operária a protestar. Os gastos públicos com a longa Guerra no Iraque provocam manifestações da juventude e de famílias que perderam suas vidas. As catástrofes como Katrina e Califórnia deixam milhares de pobres na dependência do assistencialismo do



A crise econômica internacional ainda não afetou o Brasil

alturas.

O problema se amplia com os choques entre a Turquia e curdos, velhos conflitos em torno da formação do Estado curdo. Os curdos ocupam áreas petrolíferas. Para os Estados Unidos, o controle econômico-militar da região do Oriente Médio é a garantia das fontes de petróleo.

A longa guerra contra o Iraque, a ocupação do Afeganistão, os conflitos internos no Paquistão, alimentados pelo imperialismo, e em outras regiões empurram o Estado norte-americano para crises mais amplas. As soluções da potência imperialista se convertem em mais saques, opressão e guerras.

Os EUA, para garantirem sua hegemonia, dependem de suas multinacionais controlarem fontes de matérias-primas e, particularmente, o fluxo do petróleo. Está obrigado para isso a passar por cima das fronteiras nacionais dos países que fornecem a matéria-prima e pretendem exercer a soberania. A questão da energia nuclear que envolve o Irã é parte desse problema. Não por acaso, engloba a Rússia e China. Assim, está se armando um conflito bélico de maiores proporções.

Novos elementos da crise política

A desvalorização do dólar em relação a outras moedas é um problema para os países semicoloniais, que têm sua moeda atrelada ao dólar e que manejam o chamado “câmbio flutuante”. É o que se passa no Brasil. A valorização elevada do Real tende a influir negativamente nas exportações, tornando as mercadorias mais caras. A queda do dólar atinge as aplicações das reservas brasileiras em títulos públicos norte-americanos. O governo é obrigado a comprar dólar para que não haja queda

Estado, que é moroso.

Essa situação conduz a duas vias: a) a do capital, que é a de amenizar os efeitos com medidas que agudizam a contradição fundamental, que é a incompatibilidade entre as forças produtivas e as relações monopolistas de propriedade; b) a do proletariado, que é de protagonizar a luta de classe. As dificuldades de se materializar a segunda via trazem como resultado inevitável a barbárie social, o saque e as guerras.

Avolumam-se as tendências bélicas

A elevação do preço do barril de petróleo e a guerra no Oriente Médio estão entrelaçados. O agravamento dos conflitos entre os EUA e o Irã, quarto produtor mundial de petróleo, se dão em função do desenvolvimento do armamento nuclear. As ameaças de guerra entre EUA e Irã fazem repetir o abril de 1980, quando o petróleo foi às

brusca e manter os juros altos.

Os sintomas de continuidade da crise nos Estados Unidos não têm ainda causado grandes transtornos no Brasil. As reservas de 170 bilhões de dólares têm garantido “estabilidade” ao capital especulativo. Mas é evidente o artificialismo da política financeira do governo, que tende a se esgotar. Juros altos, Real sobrevalorizado e reserva cambial inchada constituem uma bomba de efeito retardatório.

O setor industrial pressiona o governo para cortar gastos públicos, reduzir impostos de determinadas áreas produtivas (automobilísticos, siderúrgico, celulose etc) e fazer a velha reforma tributária. Denuncia que o gasto público avança acima do crescimento da economia (4,74% do PIB). Para os capitalistas, a elevação dos gastos públicos diz respeito às aposentadorias e aos programas assistenciais. A burguesia exige nova reforma da previdência e contenção de recursos a programas considerados de transferência de renda (Bolsa Família). Os capitalistas não consideram como parte dos gastos públicos o pagamento de juros das dívidas. Exigem, assim, um ataque frontal às massas.

O governo continua pagando os juros sobre as dívidas interna externa. De janeiro a setembro, foram consumidos R\$ 119,3 bilhões. A emissão de títulos públicos e os juros altos recaem sobre as contas do Estado, causando gastos com juros na ordem de 6,41% do PIB.

A política financeira mantém o incentivo ao consumo, ao crédito e ao investimento subsidiado (BNDES etc). As substituição de homens no Copom (Comitê de Política Monetária), nas áreas internacional, fiscalização e administração, vêm no sentido de fortalecer as posições do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que resiste às pressões de parte do governo de reduzir os juros. A autonomia do Banco Central é cada vez mais fortalecida, apesar de alguns ministérios estarem nas mãos de políticos e economistas que advogam a redução gradativa das taxas de juros (Guido Mantega, Paulo Bernardo).

O setor nacional vinculado ao capital financeiro, que têm lucros exorbitantes, elo-



O governo turco arrasta as massas a apoiarem o massacre que se prepara contra os curdos

gia o desempenho da economia e crítica o passado do Brasil, tido como uma economia fechada e estatizante. A retomada das privatizações de estatais, como ferrovias e rodovias, é uma das receitas.

O setor exportador reclama mais empenho do governo nas reuniões de comércio exterior. O Brasil perdeu parte do mercado norte-americano, com o Real sobrevalorizado e com a concorrência chinesa (de 26,2 bilhões de dólares em 2006 para pouco mais de 11 bilhões nesses nove meses de 2007).

O governo Lula insiste no pedido a OMC de que as potências reduzam os subsídios agrícolas e adotem medidas de liberalização desse mercado. Reforça a posição do G20 de não aceitar as

decisões da Rodada Doha que tragam prejuízos aos países exportadores agrícolas. Mas enfrenta também divergências no interior desse grupo em torno da maior abertura do setor

industrial às potências. Isso porque o México, Chile, Peru e Costa Rica concordam com a “flexibilização” dos mercados de bens industriais. O impasse se arrasta e os países imperialistas darão as cartas finais.

O empenho na aprovação da prorrogação da CPMF se dá em função de preservar mais uma fonte de arrecadação tributária. Desta vez, agudizou o conflito. A oposição do DEM e PSDB expressa de maneira mais ofensiva as pressões da fração industrial, encabeçada pela Fiesp. A aprovação certamente virá, mas o governo se vê obrigado a fazer concessões. A reunião de Lula com os 100 maiores empresários refletiu os riscos e as dificuldades de não se aprovar a CPMF no Senado. Por todos os cantos, o Executivo realiza reuniões da cúpula dos partidos para desfazer a resistência. É sintomático que Lula tenha sido obrigado a recorrer aos governadores da oposição, principalmente aos tucanos de Minas e São Paulo.

No plano legislativo, o governo Lula tem sido forçado a realizar negociações de todo tipo para aprovar seus projetos. No judiciário, tem tido dificuldade de impedir que a investida do DEM e PSDB surta efeito. Depara-se com ações legislativas tomadas pelo Supremo Tribunal Federal, como



Na França, as massas lutam contra a reforma da previdência

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

a condenação política do “mensalão”, decisão contrária à livre troca partidária de parlamentares e a regulamentação da lei de greve dos servidores públicos. Aquilo que a oposição não consegue obter no Parlamento, resolve no judiciário.

A derrubada de Renan foi uma derrota do governo. Em torno desse caso, os parlamentares continuam o atrito. O governo e o PT tinham um trunfo contra os opositoristas, que era a atuação da quadrilha mineira encabeçada pelo PSDB. No entanto, abriram mão de usá-lo no Senado como moeda de troca para restabelecer o clima legislativo. Ocorre que o arquivamento do processo contra Eduardo Azeredo (PSDB) não conteve os escândalos de corrupção, que escancaram todos os partidos. Retomam as denúncias contra o Zeca do PT, referindo-se ao “mensalão” do Mato Grosso.

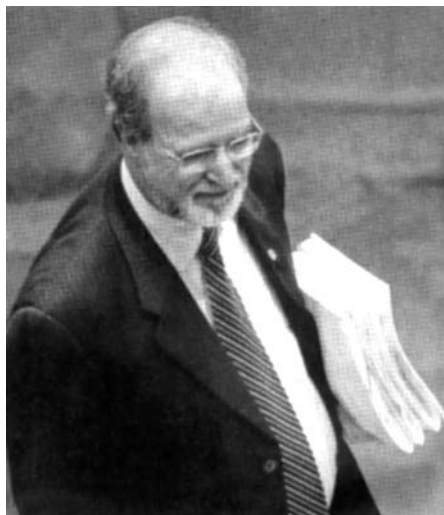
Outros episódios expõem a crise política. O PMDB (José Sarney) colocou-se em oposição à aceitação de Hugo Chávez no Mercosul. O governo manobra para adiar a votação do relatório da CPI do apagão aéreo, com o objetivo de retirar nomes chaves da lista dos indiciados de corrupção. A crise aérea, que envolve controladores de vôos e a camarilha de militares, permanece.

As dificuldades de administrar o Estado, embora numa situação econômica favorável aos capitalistas, têm crescido. O PT aproveita das condições positivas da economia e a ilusões dos explorados para fazer campanha em torno do 3º mandato de Lula. O presidente do STF logo declarou que isso só seria possível numa revolução. Mesmo a base aliada reclamou contra a manobra dos petistas. Lula recomendou cuidados com a democracia e mostrou ignorar a movimentação do PT. O fato de se travar a luta em torno de um novo mandato que só virá em 2010 expressa a dinâmica da crise.

Obstáculos à luta de classe

As massas exploradas não se moveram pelas denúncias dos opositoristas ao governo. Milhões dependem do assistencialismo. Outros milhares continuam iludidos com Lula e são controlados pela burocracia sindical. Os índices positivos de emprego, mesmo nas condições precarizadas, criam expectativas nas camadas que há muito tempo amargam o desemprego. Os explorados não têm aproveitado a crise política interburguesa para levantar suas reivindicações e pôr em pé um movimento nacional. Acham-se manejados pela situação econômica e bloqueados pelo aparato da burocracia sindical.

A classe operária, sob a direção da CUT e Força Sindical, encontra-se atomizada. As campanhas salariais foram manipuladas pelas burocracias e não resultaram em ganhos reais. Os servidores públicos, que protagonizaram grandes manifestações no primeiro semestre, não puderam quebrar a política dos governos (federal e estaduais) de manutenção do arrocho e eli-



Azeredo se salvou graças ao acordo com o governo para inocentar Renan

minação de conquistas. A ofensiva contra o direito de greve do funcionalismo foi dada pela aplicação da lei do setor privado.

O movimento camponês vem realizando manifestações e ocupações de terra e pressionando o governo para os assentamentos e as melhorias aos assentados. Tombam sem-terras a todo instante, vítimas da ação policial e dos jagunços dos latifundiários. O assassinato de dois camponeses, entre eles Valmir Mota de Oliveira – liderança do MST e da Via Camapesina -, e quase uma dezena de feridos, no final de outubro, na Fazenda da empresa multinacional Syngenta (PR), pelas milícias contratadas pela multinacional, atestam a conivência do governo Lula diante da burguesia fundiária e das multina-

cionais. Nenhuma lei repressiva contra os camponeses sem-terra foi removida e/ou contestada pelo governo. Ao contrário, aumenta a criminalização dos movimentos sociais, como ocorre com o MST. A luta de classe no campo tende a aprofundar.

Os estudantes universitários já não assistem passivamente os ataques do governo à educação. No primeiro semestre, houve uma onda de protestos e ocupações contra medidas de governos estaduais, ressaltando o combate na USP. Agora, as universidades federais dão lugar a manifestações contrárias ao REUNI, que é parte da reforma universitária de Lula. A resposta, em alguns lugares, tem sido a invasão dos campi pela tropa de choque, considerada pelos governos como superação da condescendência das autoridades que não desalojaram os estudantes da USP pela via policial.

Tendências de lutas

As greves no funcionalismo, a resistência dos bancários, as manifestações estudantis e a retomada das ocupações pelo MST mostram que estão presentes na situação as tendências de luta dos explorados. As medidas repressivas como a lei anti-greve do funcionalismo etc, por seu lado, expressam o receio dos governos e da burguesia frente à possibilidade de se desencadear movimentos mais amplos. Reprimem com violência as greves e estabelecem medidas preventivas para o futuro. A burguesia sabe que o momento privilegiado do governo Lula passará. A crise econômica anunciada nos EUA poderá recrudescer e afetar o Brasil. As reivindicações econômicas e políticas da classe operária poderão ganhar força e unificar os explorados.

O trabalho revolucionário consiste em acompanhar a evolução da crise, as tendências de luta e desenvolver o programa de reivindicações do proletariado. É parte dessa tarefa ajudar os oprimidos a superarem as ilusões no governo burguês de Lula/PT e lutar pela sua independência de classe frente ao conjunto dos partidos patronais. É importante os revolucionários se fundirem com as massas empunhando a estratégia da revolução e ditadura proletária e a tática da luta de classe.

O POR realizou no final de outubro o seu encontro operário. Foi discutida a resolução abaixo.

Combater as negociatas da burocracia sindical com o governo e o parlamento

Defesa das reivindicações econômicas e políticas da classe operária

1. As burocracias que dirigem as Centrais Sindicais levaram um susto no dia 17 de outubro quando a Câmara de deputados se posicionou em favor das emendas ao PL 1990. O Projeto de lei foi resultado da negociação entre as direções sindicais e o governo, que pressupunha a aprovação pela maioria dos deputados. Pelo acordo, foram mantidos os critérios determinados no Fórum da Reforma Sindical que dão direito ao reconhecimento somente às grandes Centrais. O governo concordou com a partilha do imposto sindical (20%) que cabe ao Ministério do Trabalho, ficando 10% para as Centrais, cerca de R\$50 milhões. Na Câmara, foram apresentadas várias emendas, mas as que atingiram o acordo foram as do PSDB e do PPS. Por meio delas, votou-se o fim do desconto compulsório do imposto sindical (imposto compulsório de um dia de trabalho de todos os assalariados com carteira de trabalho) por parte dos sindicatos dos trabalhadores. O imposto sindical ficou mantido, porém o trabalhador não teria o desconto automático na folha de pagamento da empresa e pode optar por não pagar. E a fiscalização pelo Tribunal de Contas da União (TCU) do uso do imposto sindical pelos sindicatos dos trabalhadores. Os burocratas irados com os deputados cobraram a aprovação do prévio acordo. Reclamaram que as emendas serviam unicamente de punição aos sindicatos dos trabalhadores e de proteção aos dos patrões, porque não eram extensivas a eles. Protestaram que estavam sendo vítimas de uma intervenção “branca” em suas contas por meio do TCU. Saíram com o propósito de pressionar os senadores para que cumpram o acordo pré-estabelecido. O Ministro do Trabalho, Carlos Lupi –representante da Força Sindical - diz que atuará diretamente para que no senado o PL 1990 seja aprovado sem as

emendas da Câmara. Como se vê, o susto tirou o sono dos burocratas. Apesar do discurso de que são contrários ao imposto sindical e que estão estudando outra forma de sustentação financeira dos sindicatos, as direções sindicais correm atrás do dinheiro ampliando as negociatas no Senado. Como qualquer negociação com parlamentares, o que vale são as moedas de barganha.

2. A direção da CUT e seus sindicatos, que em palavras são contra o imposto sindical, dizem que o acordo foi o resultado de um ano de negociação e de unidade das seis Centrais (Força, CGTB, UGT, CTB, NCST e CUT). Para eles, “acordo fechado é acordo para ser cumprido”. Falam que são defensores da taxa negocial, proposta que consta da Reforma Sindical. Em nota pública, a CUT destacou três pontos; a) “para acabar com o imposto sindical é preciso que ocorra tanto para os trabalhadores quanto para os empregadores”; b) “não aceitamos qualquer ingerência do Estado... por isso não concordamos que o TCU tenha como papel investigar as contas das entidades sindicais”; c) “somos favoráveis a retomar o debate que foi feito no Fórum Nacional do Trabalho, onde se implementou uma contribuição sobre a negociação coletiva”. Os sindicatos cutistas questionaram de pronto a decisão dos deputados. Reforçam o argumento de que “a direita e alguns parlamentares de esquerda tentaram golpear o movimento sindical”. Os deputados Vicentinho (CUT) e Paulinho (Força), empenhados na defesa do acordo, fizeram coro com o argumento de que se tratava de um “golpe” nos trabalhadores. Para defender os cofres da burocracia, Vicentinho e Paulinho foram de uma valentia inesgotável até na calada da noite. Nunca vimos tamanha disposição! O Projeto de Lei contra o direito de greve do funcionalismo está prestes à votação,

qual tem sido esforço dos deputados pelegos? Os fatos são os melhores testemunhos, haja a vista o empenho do Vicentinho para a aprovação da Reforma da Previdência, que criou o fator previdenciário e a combinação tempo de serviço e de contribuição. Foi um golpe aos trabalhadores.

3. O reconhecimento das Centrais pelo Estado deve ser fruto da ação do movimento social e não da concessão do Estado por meio de negociatas. As Centrais Sindicais, CUT e Força Sindical são reconhecidas politicamente como a Central dirigida pelo PT e a outra pelos partidos orgânicos da burguesia (hoje pelo PDT). Embora não possam assinar os acordos em nome dos trabalhadores, são as que determinam o conteúdo deles. A política que é levada por seus sindicatos é expressão da posição desses partidos que encabeçam as Centrais. O fato é que as Centrais estão cada vez mais integradas nos organismos estatais, fazem parte de ministérios, secretarias e departamentos do trabalho e da previdência. De correia de transmissão da política burguesa para os trabalhadores, as direções das Centrais ocuparam postos de executores desta política, a exemplo de Lupi no Ministério do Trabalho e Marinho no da Previdência. A burocratização e a estatização das Centrais cresceram com o governo Lula. O acordo de reconhecimento das Centrais, pela via das negociações institucionais, significa o compromisso com a defesa da política governamental. A quebra do acordo, com a aprovação das emendas válidas unicamente para os sindicatos dos trabalhadores, faz parte das disputas interburguesas. Setores que fazem oposição parlamentar ao governo reuniram forças, com apoio de deputados da base aliada, para derrotar o acordo e exigir mais submissão do governo às suas exigências. Não por acaso, Tião Viana (presiden-

te do Senado) assumiu a tarefa de “ganhar” o apoio dos senadores oposicionistas.

4.O reconhecimento das Centrais, por essa via, está em oposição à independência política dos organismos dos trabalhadores. Mas os oposicionistas foram mais longe: impuseram a fiscalização das contas pelo TCU. Esta aí o intervencionismo direto do Estado nos sindicatos/centrais. A nota da direção da CUT rejeitando a interferência do TCU nas contas dos sindicatos é completamente hipócrita. O fato dos burocratas procurarem a legalidade para garantirem a partilha do imposto sindical entre governo e Centrais não fazem senão estreitarem a estatização dos sindicatos e abrirem caminho para uma legislação abertamente intervencionista. A independência das organizações sindicais está na razão direta da luta contra o Estado e da recusa de qualquer legislação que permita uma ação da Justiça burguesa nas suas atividades. O imposto sindical foi criado por Getúlio Vargas como parte do controle do Estado sobre os sindicatos. O movimento operário exige apenas que o Estado reconheça sua existência independente, sem nenhuma legislação restritiva. Vemos que os burocratas ao negociarem o reconhecimento das Centrais e pedirem dinheiro foram em direção a uma legislação intervencionista.

5.Têm chamado atenção as decisões do Supremo Tribunal Federal. Esse organismo passou a legislar, atribuição que é conferida pela democracia burguesa ao poder legislativo. Fato novo, que se deve à crise política e às dificuldades do governo Lula centralizar todas as instâncias do Estado. No dia 25 de outubro, o STF ordenou ao governo a aplicação da “lei de greve” (7.783/89), utilizada para os punir os trabalhadores da iniciativa privada, aos servidores públicos. O governo Lula havia anunciado que encaminharia ao Congresso o projeto de lei que regulamentava o “direito de greve”. Deputados de vários partidos também possuíam projetos semelhantes. Havia um “entendimento” entre eles de que era necessário incluir “sugestões”. A CUT dizia que era preciso “harmonizar os projetos com os debates no âmbito do governo federal”. Havia uma concordância entre burocratas

sindicais e deputados de que era preciso regulamentar o direito de greve que está na Constituição de 1988. Em todos projetos, a regulamentação prevê punição aos funcionários, prazo para o início da greve, quórum para as assembleias, garantia de funcionamento de serviços tidos como essenciais, julgamento do caráter dela, desconto dos dias parados, multa aos sindicatos etc. A direção da CUT insistia na criação de um organismo para a “negociação coletiva” do funcionalismo. O STF aproveitou as ações movidas pelos Sindicatos dos Servidores Policiais Civis do Espírito Santo, dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Pará e dos da Educação de João Pessoa para passar por cima do processo de negociação da lei anti-greve. A burocracia da CUT considerou um “golpe” do STF, que vem servindo de caixa de ressonância de forças opositoras ao governo. Mas o tal “golpe” não é diferente da essência da lei anti-greve que está sendo negociada pelo governo, parlamento e burocracia sindical. Os burocratas nunca fizeram nada para derrubar a lei anti-greve que pune os trabalhadores do setor privado. E, agora, negociam no Congresso uma lei que viola completamente o direito de greve do funcionalismo. A classe operária e demais trabalhadores devem rechaçar qualquer lei que regulamente a greve. Trata-se, portanto, de defender o direito irrestrito de greve.

6.Há uma campanha governamental sobre o crescimento do emprego e diminuição da miséria. Dados indicam que foram criados mais de 8 milhões de empregos formais, no governo Lula, e que se elevou a média salarial. Ao mesmo tempo, o IBGE divulgou os resultados do Pnad (pesquisa nacional de domicílios), que revela o aumento da diferença entre os menores salários e os maiores. Resultado: a distância entre os menores e os maiores salários é de 1.714 vezes. Os oito milhões de emprego não fazem senão repor parte da destruição de mais de 10 milhões de postos de trabalho nos últimos anos e a maior parte concentrada em atividades de baixo salário. Por outro lado, os capitalistas têm usado largamente da rotatividade - emprega uns e desemprega outros - e os recontratados arcam com salários menores. Um dado de pesquisa da OIT (Organi-

zação Internacional do Trabalho), referente às condições de trabalho da juventude na América Latina, desmascara o ufanismo lulista. Revela que a juventude recebe 56% menos que o adulto e que dois a cada três jovens que trabalham estão em atividades informais (trabalho precarizado). Essa situação se manifesta também no Brasil. Três fatos gritantes: a) Os dados do IBGE indicam que se elevou a desigualdade social - uma pequena camada tem salários milionários e a maioria sobrevive com salários de fome; b) a juventude que está empregada recebe os mais baixos salários e está sujeita às piores condições de trabalho (precarizado, terceirizado, jornadas acima das oito horas etc); c) a média salarial serve para esconder a brutal realidade da maioria da população e, em particular, dos jovens que trabalham.

7.Com o assistencialismo, o governo vem ludibriando os explorados. Com a política de conciliação de classe, a CUT, unida à Força Sindical, vem bloqueando as lutas pelo salário e emprego. A situação econômica tem permitido à burguesia e à burocracia manter a luta de classes disciplinada. As tentativas de luta dos assalariados (metrotviários, funcionalismo, bancários etc) foram combatidas com mãos de ferro e manobras pelas direções burocráticas. Mas esse quadro tende a se modificar, assim que as perdas da classe operária e demais oprimidos se evidenciarem. A burocracia procura se fortalecer estatizando os sindicatos e o governo avança com medidas preventivas contra os trabalhadores. A tarefa consiste em defender as reivindicações econômicas e políticas da classe operária. As necessidades elementares dos explorados os colocarão em choque contra a burguesia e seus agentes que servem de correia de transmissão da política de colaboração de classe. Resposta operária: a) combater a estatização das Centrais e dos sindicatos; b) rechaçar as negociatas em torno do reconhecimento das Centrais e do imposto sindical; c) denunciar o intervencionismo do governo, do parlamento e da justiça nas organizações da classe operária; d) pôr abaixo a lei anti-greve; e) defesa do salário mínimo vital, escala móvel das horas de trabalho e das conquistas trabalhistas.

Manifesto divulgado na manifestação de 24 de outubro de 2007:

Defender as reivindicações é combater o governo Lula

A CUT, UNE, MST e Consulta Popular decidiram boicotar a manifestação de hoje em Brasília. Estão contra atacar Lula, embora parte dessas organizações diz estar contra as reformas neoliberais do governo de coalizão.

A Consulta alega que houve quebra da unidade do movimento que organizou o **plebiscito** pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce. Os pró-Lula queriam apenas uma manifestação de entrega do resultado da votação, e, quando muito, apresentar juntamente algumas reivindicações.

A posição de nem criticar nem apoiar o governo para garantir a unidade é falsa. Sabemos quem apóia e quem não, como então negar o que se pensa e o que se faz? É claro que há os que apóiam e criticam, como o caso do MST, mas que resulta finalmente em apoio.

O próprio plebiscito refletiu uma farsa. Foi concebido pela Igreja e MST para não se contrapor ao governo. A CUT só admitia a formulação de anular judicialmente do leilão da Vale, legalismo que se encaixa nas disputas eleitorais com os partidários de FHC e que, portanto, mal acobertava o apoio a Lula. Estava claro que a unidade forjada em torno das quatro questões serviu para obscurecer a posição dos pró-Lula.

A Conlutas e Intersindical procuraram contemporizar em nome da unidade. A farsa agora se evidencia inteiramente com o boicote da CUT, UNE, MST e Consulta Popular ao ato do dia 24 de outubro. Em dezembro, farão seu ato. Essa grave divisão enfraquece a luta dos explorados contra a burguesia.

A quem serve o governo Lula

A posição de que Lula faz um governo progressista e que é melhor com ele do que com qualquer outro do PSDB ou DEM não corresponde à realidade, esconde o conteúdo de sua política e cria um falso dilema de escolha. A idéia do MST de que Lula é ruim, mas pior sem ele, reflete sua dependência à política de Estado.

A quem serve o governo Lula?

Seus defensores dirão que é contraditório e está em disputa, portanto tanto serve aos capitalistas quanto aos pobres e oprimidos. Dirão que neste governo as Centrais têm voz ativa e os movimentos são ouvidos. Nada mais mentiroso. O governo Lula serve tão somente à classe capitalista. Só tem um senhor – o capital.

Bolsa Família – assistencialismo – não deixa de atender aos interesses gerais desse senhor.

Política agrária – garante o agronegócio, protege a grande propriedade, que continuam a se lascar os camponeses pobres e os sem-terra.

Política trabalhista – mantém o salário mínimo de fome, vincula os salários dos servidores ao PAC, faz uma lei anti-greve para reprimir a luta do funcionalismo, protege a burocracia sindical corrompida e servil e dá curso a mais ataques à previdência. Os oito milhões de empregos criados não repõem as perdas anteriores e grande parte paga salário miserável.

Política educacional – favorece a privatização, adapta as universidades federais ao funcionamento do ensino mercantil, implanta o ensino a distância, fortalece a burocracia do MEC talhada a promover os planos do Banco Mundial.

Política de saúde – os hospitais públicos apodrecem, INSS continua um descalabro, as epidemias avançam.

Política de segurança – milhares de jovens desempregados e miseráveis continuam a procurar a vida no crime, sofrem violenta repressão, as prisões estão abarrotadas, a polícia aperfeiçoa a matança, parte para a guerra nas favelas do Rio de Janeiro.

Não é preciso dizer muito sobre a política econômica voltada a proteger banqueiros, grandes grupos nacionais e multinacionais. Lula acaba de entregar a Ferrovia Norte para a Vale do Rio Doce, iniciou a privatização de rodovias por meio de concessões e deu a largada para a privatização da Amazônia.

Não podemos defender as reivindicações sem combater o governo

As reais necessidades das massas se chocam com a política burguesa de Lula. A situação econômica tem permitido ao governo amortecer a luta de classe. Mas o principal amortecedor é a política de conciliação da burocracia sindical, representada pela CUT e Força Sindical, que fazem parte do governo.

A burocracia galgou postos no Estado e serve-se deles para subordinar o movimento sindical à política do governo. Engana as massas com a defesa de que agora os trabalhadores fazem parte do governo e que suas reivindicações poderão ser atendidas através de pressões democráticas, ou seja, por meios legislativos.

A direção da CUT e da Força age no sentido de evitar que as massas em luta por suas necessidades se choquem com o governo e vejam Lula como um pau mandado dos capitalistas.

O PSTU apresentou como resposta à integração da CUT ao Estado a cisão e formação de uma nova central (CONLUTAS). Vimos que por esse caminho não se debilita a burocracia. A tarefa é desenvolver o programa de reivindicações contra os exploradores e o governo desde as bases e levantar a bandeira de rompimento da CUT com a política burguesa do PT.

A Conlutas e Intersindical estão à frente desse ato contra o governo. O que é positivo, expressa a luta pela independência do movimento social ao governo burguês. Mas é uma manifestação da vanguarda. As massas continuam sob o controle da CUT e da Força. O MST se acha alinhado à CUT. Teremos de percorrer um bom caminho de combate à burocracia dominante e ajudar a classe operária a se livrar de seu jugo por meio da experiência.

O POR entende que é necessário trabalhar como fração revolucionária no interior de todas as organizações que controlem os explorados. Com o programa de reivindicações e com a estratégia revolucionária de destruição do capitalismo, é possível atuar no seio dos movimentos e levar a maioria explorada a enfrentar o governo.

A construção do partido revolucionário é parte essencial da tarefa de conquistar a independência de classe do proletariado. É preciso derrotar ideológica e politicamente o reformismo e a burocracia sindical que o expressa. O Programa de Transição é nosso guia e instrumento na luta de classe.

Abaixo as reformas antioperárias e antipopulares do governo Lula!

Pelo salário mínimo de R\$ 2.500,00!

Escala móvel das horas de trabalho!

Habitação, saúde e educação para todos!

Fim dos latifúndios – entrega das terras aos camponeses!

Por um governo operário e camponês!

Nenhum apoio à política burguesa do governo!

Que a CUT rompa com o governo!

O POR apresentou o texto abaixo na ocupação e assembléia da Unifesp (Guarulhos)

Contribuição da Corrente Proletária na Educação ao debate sobre o REUNI

1. Na segunda quinzena de outubro, os estudantes das Universidades Federais iniciaram um movimento de protesto contra a imposição do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). No Paraná, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, houve ocupação de Reitorias, exigindo a ampliação do prazo de discussão. Os estudantes da UFPR querem realizar um plebiscito e os da UFF exigem uma reunião do Conselho Universitário, antes da adesão ao REUNI. Na UNIFESP, a ocupação ocorreu contra a decisão do Conselho de aderir ao REUNI. Os estudantes dessa universidade reivindicaram a participação na reunião do Conselho que decidiu a adesão, mas foram reprimidos. Em resposta, entraram em greve e ocuparam dependências da UNIFESP.

2. A UNE vem se opondo às ocupações. Acusa aqueles que questionam o REUNI de serem conservadores e estarem contra a ampliação da universidade pública. Propõe apenas que se prorrogue a decisão e se realize um plebiscito. Para isso, a UNE entregou ao MEC um pedido de adiamento de prazo para que as universidades aproveem o REUNI e entreguem o projeto de reestruturação. Os reitores contestam a oposição ao REUNI e as ocupações com o mesmo argumento de que se pretende “frear a expansão do ensino superior público”. É correta a acusação de que a luta pela derrubada do REUNI resulta em posição contrária à expansão de vagas nas Federais? Ou será que a previsão do REUNI de ampliar vagas é uma armadilha para impor mudanças que desqualificam o ensino universitário? Não tem o menor sentido a afirmação da UNE e dos reitores.

3. O movimento estudantil contrário ao REUNI se baseia nas seguintes razões:

A) Aumento da centralização burocrática estatal sobre o ensino superior público.

O governo Lula, no início do segundo mandato – abril, instituiu por meio de um decreto o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com o argumento de que era preciso corrigir a evasão e ampliar o acesso aproveitando ao máximo as condições físicas e humanas dessas universidades. Para isso, criou metas de redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e crescimento no número de estudantes que concluem o ensino superior. E para cumprir essas metas, o REUNI prevê cursos mais rápidos, currículos mais “flexíveis”, aproveitamento de créditos, novas metodologias (ensino a distância), remodelação da assistência estudantil e políticas de “inclusão”. Os recursos financeiros para o REUNI virão à medida que as universidades façam seus “ajustes” e se incorporem às diretrizes do Programa. Determinou o final de outubro como prazo para que as Universidades cumpram as exigências e possam receber os recursos para o orçamento de 2008. Portanto, o REUNI é a continuidade da Reforma Universitária, que iniciou com o Prouni

(compra de vagas ociosas nas instituições de ensino superior). Trata-se de um mecanismo para aumentar a centralização burocrática estatal sobre as universidades públicas. A centralização estatal-burocrática é a condição para o governo impor mudanças que tornam a universidade tecnocrática e que esteja adaptada à desqualificação crescente da mão-de-obra, exigência do mercado de trabalho flexibilizado.

B) Eliminação da débil autonomia. Lula/MEC diz que usará 2 bilhões nas universidades que aderirem ao Programa, no período de 2008-2011. O MEC exigiu que as universidades elaborassem um plano de reestruturação de acordo com as metas estabelecidas, incluindo desde a compra de bens e serviços até a readequação dos espaços da universidade. Atrelar as verbas para o sustento do ensino público à Reforma não é um fato novo. Esse mecanismo foi utilizado para impor a municipalização do ensino básico. O Fundef e agora o Fundeb têm o mesmo objetivo: as verbas estão condicionadas à expansão da municipalização. O conteúdo central também é o mesmo: reduzir a responsabilidade financeira do Estado e aumentar o controle vertical sobre a educação. As reduzidas verbas estão atreladas à aceitação do maior controle do Estado sobre a utilização das mesmas. A burocracia universitária – Reitores, diretores, chefes, conselheiros etc – reclama apenas da redução de sua margem de ação gestora. Agarra-se nessa mesquinhez, que falsamente chama de autonomia universitária, e capitula diante das medidas que aligeiram a universidade. As necessidades das escolas (autonomia no uso dos recursos, que já é débil) estão sendo estranguladas. As conseqüências são penosas para os estudantes e trabalhadores do ensino. Para o governo, que implanta a exigência do Banco Mundial para a educação, é o meio de represar recursos públicos. Os organismos internacionais, que são mentores da Reforma Universitária, orientam os governos dos países semicoloniais para a privatização do ensino superior. Os passos iniciais vieram com a compra de vagas, com a limitação de vagas no ensino superior público (não há expansão da rede) e, agora, com o condicionamento de verbas ao plano de reestruturação de gastos.

C) Precarização do ensino e do trabalho.

O Programa de Lula impõe a exigência de cumprimento da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), que fixa o número mínimo de 18 alunos por professor, utilização de “práticas modernas” de aprendizagem e flexibilização curricular nos cursos de graduação. Está claro que os cursos que não cumprirem essas metas serão fechados. A LDB impôs essas mesmas condições para a implantação da reforma no ensino básico, a partir de 1996. As salas que não garantiram 35 e 45 alunos foram fechadas. O REUNI determina os cursos de menor duração, aproveitando tudo que supostamente tenha o aluno, para evitar “desperdício” de recursos financeiros. Mais grave ainda: as “práticas modernas” nada mais são do que a expansão do ensino à distância. Por meio desse mecanismo, o aluno não ocupa espaço na uni-

versidade, dispensa-se o professor presencial e contrata o virtual (um tutor que acompanha os estudantes pela internet). Trata-se de um Programa para reduzir as “despesas” das universidades. O REUNI traz em si parte da reforma trabalhista: mais alunos por sala, menos professores nas universidades, contratos precarizados e salários arrojados.

D) Evasão e expansão

Com o REUNI o governo diz pretender reduzir drasticamente a evasão e ampliar as vagas. A explicação do MEC para a evasão nas Federais se resume: os alunos entram na universidade sem saber sua vocação, os cursos são de longa duração, não aproveitamento de créditos, cursos desvinculados do mercado, práticas conservadoras de ensino. E como se pretende resolver esse diagnóstico do MEC? A resposta está nas diretrizes do REUNI. Mas como dissemos se utiliza da evasão para se implantar medidas que desfiguram a universidade, por reduzir o tempo de estudo, criar o ciclo básico, vinculá-la a interesses imediatistas de mercado e enquadrá-la na dinâmica do ensino a distância. Vemos que o REUNI conduz as universidades públicas a se igualarem ao sistema privado universitário. As verdadeiras causas da evasão são escondidas. *São elas: incompatibilidade entre o estudo e o trabalho (jornada estafante e salários miseráveis), desemprego, a universidade desvinculada da produção social e o ensino anticientífico.* A grande maioria dos jovens está obrigada a abandonar os estudos muito antes de alcançar o ensino superior. É falso que o país alcançou a universalização do ensino fundamental. Metade das crianças saem da escola como “analfabetos funcionais”. A razão disso está sobretudo na pobreza e miséria da maioria. O governo, com o REUNI, pretende elevar o acesso à universidade de cerca de 10% para 30%, o que significa ainda manter a maioria fora do ensino superior. Mas os 30% são ilusão. Esse aumento virá por meio da precarização do ensino presencial e da expansão do ensino a distância. Vemos que o governo ludibria as verdadeiras causas do fracasso escolar e do acesso ultra-limitado ao ensino superior. A universidade é concebida para receber a ultra-minoria e para atender os interesses de um mercado de trabalho que hoje mais do que nunca está fechado para os milhões de jovens e impõe a desqualificação para quem conclui os estudos. Nas condições sociais em que se realiza a educação, está o ponto de partida para a mais completa reformulação da universidade. Mas não há interesse do MEC tomar esse ponto de partida porque revelam os problemas que expressam as condições dos jovens no sistema de exploração capitalista. Sobre a expansão, o que MEC determina é ajustar a estrutura já instalada a um aumento de ingresso de até 20% anual (os reitores propuseram até 50%), concentrando-o no período noturno. As universidades que aderirem ao REUNI terão de superlotar as salas de aula, de forma que garanta o mínimo de 18 alunos por professor, encurtar os cursos, flexibilizar os currículos e torná-los mais tecnicistas. Para aparecer mais atrativas essas medidas, o REUNI pressupõe melhorar a “assistência estudantil”. Condição moradia, restaurante etc à adesão a medidas que tornam o custo-aluno mais barato e o trabalho do professor mais precarizado. Basta ver que o REUNI não obriga o governo a despender mais verbas à educação. Como se vê, quem

está lutando contra o REUNI está se opondo à farsa da expansão e do fim da evasão.

4. A direção da UNE, que apóia a Reforma Universitária, não pôde se colocar contra o REUNI. A UNE dirigida pelo PCdoB e PT, que apóia o governo, diz que há “avanços no Programa”, porque condiciona a “expansão de vagas à melhoria da infra-estrutura”. Portanto, esconde a essência do REUNI, que está no corte de recursos à educação pública e incentivos à privada. Como demonstramos, é falsa a colocação que haverá expansão de vagas. Repetimos, o que o governo visa é “aumentar” o número de alunos, exigir que concluam os cursos (maior número de concluintes – meta de 90%), flexibilizar os contratos dos professores e instituir a superexploração do trabalho. Para não se identificar tão claramente com o Programa, a UNE quer fazer um plebiscito para que os estudantes possam opinar sobre a adesão ou não. Trata-se de um distracionismo, que tem como fundo eliminar a luta coletiva dos estudantes e individualizá-la por meio de um questionário. Mediante a tal consulta, a UNE “pressionaria” o governo para modificar os prazos e incluir outras medidas no Programa. Por fim, a UNE utilizaria essa pressão para cobrar a promessa eleitoral de Lula/PT de que colocaria fim nos vetos de FHC ao Plano Nacional de Educação, que impossibilitaram a aplicação dos 7% do PIB. A hipocrisia da UNE é tal que esconde que o governo Lula não aplica sequer os 4%, basta ver que retira por meio da DRU (Desvinculação de Recursos da União) R\$ 7,1 bilhões do orçamento do MEC. O governo de FHC e de Lula já desviaram R\$72 bilhões por meio da DRU, mecanismo esse usado para compor o superávit primário destinado ao pagamento dos juros das dívidas interna e externa, que atingiu nos sete primeiros meses desse ano 5,37% do PIB (R\$76,5 bilhões). A luta para que o governo aplique 7%, que ainda é insuficiente, não deve ser instrumento de barganha para se apoiar o REUNI.

5. Unificar o movimento estudantil pelo fim do REUNI. Convocar professores e funcionários a lutar contra as reformas neoliberais da educação. Fundir o movimento universitário com o movimento dos professores e estudantes do ensino básico. Defender um programa de reivindicações, que ponha fim às reformistas privatistas: *a) que as assembleias determinem o valor dos recursos (índice/PIB) a ser aplicado na educação; b) extinção da DRU; c) controle da universidade por estudantes, professores e funcionários; d) autonomia e democracia universitárias garantidas pela soberania da assembleia universitária; e) estatização sem indenização do sistema privado da educação; f) implantação do sistema único público, gratuito, científico e vinculado à produção social; g) acesso de todos à universidade por meio do fim dos vestibulares e criação de novas universidades; h) emprego a todo jovem, com jornada máxima de 4 horas na produção e o restante no estudo; i) organizar os comitês de luta em todas universidades, convocar assembleias; j) fortalecer as ocupações e ganhar as ruas.* Com grande mobilização social, que se vincule às lutas dos trabalhadores, o movimento estudantil reunirá forças para derrubar a reforma neoliberal da educação e avançar na defesa das reivindicações democráticas da escola pública.

Publicamos abaixo boletim do POR distribuído na luta estudantil da Unifesp (Guarulhos)

OCUPAÇÃO DA UNIFESP/GUARULHOS: FORTALECER A MOBILIZAÇÃO

A ocupação da diretoria acadêmica da UNIFESP/Guarulhos durante sete dias expressou a força política dos estudantes na luta contra as medidas do governo, que sucateiam o ensino público e que foram defendidas com afinco pela reitoria e aprovada às pressas pelo Conselho Universitário.

Com a violência praticada contra os estudantes (15 mulheres e 05 homens) que exigiam participar da reunião de 17/10 que aprovaria a adesão da universidade ao REUNI (Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), desencadeou-se um amplo processo de mobilização. No mesmo dia, a assembléia deliberou pela greve e pela ocupação. Para intimidar os estudantes, foram cortadas a luz e a água do prédio.

Já no segundo dia, os estudantes resistiram à pressão da diretoria acadêmica e dos professores, coniventes com a intransigência da reitoria. Em nome de um suposto diálogo, convocaram uma reunião com os estudantes para destruir a ocupação. Foram rechaçados. Os estudantes defenderam o posicionamento contrário ao REUNI e a pauta de reivindicações. Na assembléia de 19/10, com mais de 100 estudantes, houve apenas um voto contrário à ocupação.

Para desmoralizar a organização estudantil, a reitoria, apoiada pela imprensa burguesa, afirmava que o movimento era sustentado somente por um "grupo" de estudantes. Ao contrário, demonstramos que a manutenção da ocupação aumentou ainda mais a mobilização. A participação ativa do setor combativo e politizado dos estudantes e a ausência de uma burocracia estudantil fortaleceram o movimento. Os estudantes desafiaram a ordem de reintegração de posse entregue no dia 22 e na assembléia seguinte não houve proposta de desocupação.

Desde o início, o reitor se negou a abrir negociação. A REPRESSÃO foi a resposta às reivindicações do movimento. Foi mais um episódio da ofensiva militar contra os movimentos sociais feita pelos governos em conjunto com as reitorias.

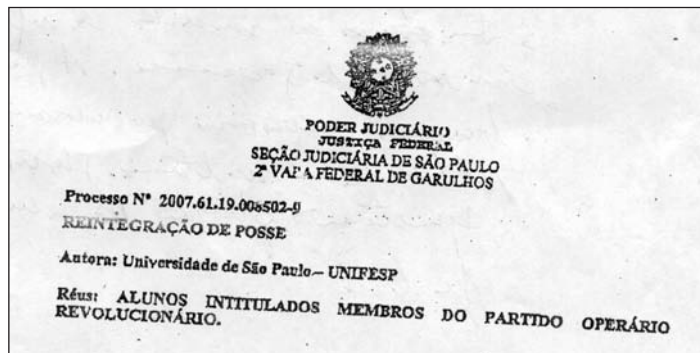
A LUTA ESTUDANTIL CONTRA O REUNI

A ocupação da UNIFESP/Guarulhos soma-se às mobilizações das federais pelo país inteiro que protestam contra a imposição do REUNI (UFBA, UFPR, UFRJ, UFSCar, UFPE, etc.). Fica explícita a unidade UNE-governo-reitorias contra o movimento. A UNE assume o discurso das reitorias e do governo de que o movimento é contrário à ampliação do acesso à universidade.

A isso respondemos: somos contrários ao discurso mentiroso de ampliação de vagas apresentado pelo decreto. Somos contrários à degradação do ensino público.

A expansão das federais vêm sendo implementada desde 2005 e faz parte da reforma universitária. Os novos campi da UNIFESP, por exemplo, não oferecem condições de ensino e permanência do estudante.

O REUNI consolida esta expansão precária, impondo metas a serem atingidas pelas universidades que aderirem ao programa. Medidas que desqualificam o ensino universitário; que flexibilizam os currículos, aligeirando a formação acadêmica; que



A ocupação da Unifesp resultou de revolta dos estudantes contra o Conselho Universitário, que aprovou a adesão ao REUNI e contra as medidas de reforma universitária do governo. A polícia e a burocracia universitária procuraram reprimir seletivamente a militância porista. Acima, cabeçalho da acusação judicial.

A truculência da reitoria expressou-se agora com o uso da força policial para a desocupação, o que demonstra como a burocracia pisoteia a "autonomia" universitária utilizando a força do Estado contra os estudantes.

Preparados para uma ação violenta, com marmetas do aparato repressivo, na madrugada do dia 24 mais de 250 policiais cercaram o prédio e invadiram o campus, inclusive o Centro Acadêmico. O confronto só não ocorreu porque os estudantes decidiram sair pacificamente. Os estudantes foram fichados antes da liberação e submetidos a constrangimentos morais.

Após a desocupação, medidas repressivas continuam a ser tomadas: a reitoria já garantiu que haverá punições, a presença da PM no campus é constante, os portões foram fechados e somente é permitida a entrada no campus com carteirinha de identificação.

Defendemos que a única forma de combater a repressão é com o avanço do movimento ao redor de suas reivindicações.

implementam o ensino a distância; que diminuem o custo-aluno por meio do aumento de alunos por professor; que precarizam o ensino e o trabalho .

Após a desocupação, os professores têm chamado reuniões para debater o REUNI: se posicionam contrários ao decreto, mas não apoiaram a ocupação e defendem que a greve não é o melhor caminho. A intenção destas reuniões é ludibriar os estudantes em greve para que recuem e tudo volte à normalidade. Enganam os estudantes sob o argumento de que a universidade não seguirá todas as metas impostas pelo decreto do governo.

As assembléias devem continuar sendo o instrumento político e organizativo da luta para manter a continuidade da greve. É necessária a organização de comitês de luta e a realização de uma ampla campanha pela greve nos outros campi. O movimento estudantil deve estar unificado pelo fim do REUNI e em defesa do ensino público gratuito, científico e vinculado à produção social.

Estudantes resistem bravamente a ocupação da reitoria da UFBA

Desde o dia 1 de outubro de 2007, os residentes universitários da universidade Federal da Bahia têm ocupado a reitoria, reclamando a prometida assistência estudantil e denunciando as condições precárias da residência universitária e do descaso pela gestão do Reitor Naomar de Almeida Filho com a política estudantil, bolsa permanecer, restaurante universitário, dentre outros. Os estudantes ativos no movimento de ocupação são contrários ao decreto que institui o REUNI e a proposta de universidade nova, particularmente o (BI) Bacharelados Interdisciplinares.

O estopim do movimento foi um vazamento de gás numa moradia estudantil que quase provocava a morte dos residentes que nela se encontrava. A ocupação foi ganhando forças, e a reitoria estava sinalizada com o toque da rebeldia dos ocupantes, com faixas, grafites, cartazes e outras. Constituiu-se o Movimento de Ocupação da Reitoria (MORU), passando por cima das direções reformistas e estalinistas, que têm sido caixa de ressonância da política liquidacionista da educação do governo Lula.

Inicialmente, o DCE da UFBA não fez o menor esforço para organizar a luta dos estudantes, ao contrário, tentou desmobilizar os ocupantes, divulgando que a ocupação estava vazia e desmobilizada. No dia da votação do REUNI (19 de outubro de 2007) o DCE e DAS foram arrastados pelo movimento de ocupação após a realização de uma assembléia geral dos estudantes que decidiram fortalecer a ocupação iniciada há 18 dias.

O MORU tem denunciado as manobras oportunistas das direções ligadas à Articulação de Esquerda (AE), Democracia Socialista (DS) e a corrente O Trabalho, o estalinismo, bem como a própria UNE, que não é contrária ao REUNI, somente reclama da adesão e da forma truculenta, autoritária que os reitores vêm conduzindo o processo nas universidades federais. Há também uma denúncia explícita que não foi co-

locada na pauta do conselho de entidades de bases, na convocação feita pelo DCE da UFBA, a revogação do decreto 6096 que institui o REUNI, bem como as reivindicações referentes à assistência estudantil.

No dia da votação, os seguranças empurraram os estudantes, agiram de forma estúpida para retirá-los do local. O próprio reitor num ato de desespero e insanidade se dirige aos estudantes com palavrões, desqualificando os mesmos e zombando ter conseguido aprovar a adesão.

Há relatos da ilegitimidade dessa votação ocorrida no CONSUNI, a prova disso é carta aberta à comunidade UFBA, assinada por 11 conselheiros do CONSUNI, não reconhecendo a votação tumultuada da adesão da UFBA ao REUNI, solicitando uma nova convocação. Entretanto, sabemos que a tendência majoritária dos conselheiros é de aprovar a adesão.

O Reitor utiliza a mídia para jogar a população contra os estudantes, afirmando que os mesmos estão contra a entrada dos filhos da classe trabalhadora e dos oprimidos na universidade, pois ser contrário ao REUNI, na visão de Naomar, é ser contrário à expansão do ensino superior público. Esses argumentos usados de forma falsa e distorcidos têm sérias implicações para o movimento, mas isso é típico dos facínoras que querem empurrar goela abaixo seu projetos privatistas, antipopulares e antinacionais, usando de retórica e outras argumentações para dividir a luta e os movimentos. Essas calúnias têm sido divulgadas pela imprensa burguesa, reacionária e comprometida com a ordem vigente, na tentativa de criminalizar o movimento estudantil. A burocracia universitária ameaça entrar com reintegração de posse contra os ocupantes e as entidades que o representam. Com essas ações repete-se na universidade brasileira a velha fórmula fascista, típica da ditadura militar, com atitudes de repressão e criminalização dos movimentos de lutas, condenando aqueles que participam

das lutas políticas, sociais. Expressa hoje a ditadura de classe da burguesia para impor as medidas de destruição do ensino público.

O REUNI expressa claramente o conteúdo neoliberal da atual reforma universitária, que reaparece no cenário como tragédia.

A ocupação na reitoria da UFBA tem expressado o quanto os estudantes são portadores de possibilidades de mobilização, pois se constitui o segmento mais ativo da universidade.

Portanto, nos militantes do Partido Operário Revolucionário (POR) apoiamos a ação direta dos estudantes que estão ocupando a reitoria da UFBA, há mais de um mês, que o movimento se fortaleça. Posicionamo-nos contrários ao REUNI, por compreendermos que esse plano de reestruturação das universidades Federais é um grande engodo, um ataque frontal à educação superior pública, pois prevê a ampliação do acesso sem aumento de verbas. Atualmente, o governo Lula só aplica 3,5% no ensino superior público e com o REUNI não aumenta esse percentual. Há ainda a retenção ao ano de 5 bilhões que deveriam ser destinados à educação, devido ao (DRU) Desvinculação das Receitas da União.

A liberação de recursos se vincula ao cumprimento de metas estabelecidas pelo REUNI, aumento da relação professor aluno para 18 por 1. Limitações da dedicação exclusiva para professores, comprometendo o ensino e a pesquisa, outra preocupação é com números e metas, atendendo a lógicas da produtividade mercantilista. Ocorrerá também a segmentação da Universidade e aumento da desigualdade regional, deixando de fora as universidades que não se encontram no eixo sul-sudeste que não forem bem avaliadas pela Capes. Portanto precisamos fortalecer a luta e varrer as direções reformistas estalinistas (UNE) que têm entravado o avanço das mobilizações, ação direta, e penetração das idéias revolucionárias no seio das lutas sociais.

Movimento pelo passe livre em Londrina é reprimido pela PM

O Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo de Londrina realizou na terça-feira, dia 30 de outubro, uma manifestação no centro da cidade. O objetivo era chamar a população e a juventude a se organizar num amplo movimento com a finalidade de arrancar da prefeitura a redução da tarifa, o passe-livre e fazer com que o transporte coletivo, que hoje é explorado por duas empresas que monopolizam este serviço, seja estatizado e controlado pelos trabalhadores e usuários.

No dia anterior, quatro militantes que estavam distribuindo o convite para o ato dentro do terminal urbano foram impedidos pela segurança interna da CMTU (Companhia Municipal de Transito Urbano – Prefeitura do PT) e posteriormente pela Polícia Militar de fazer a convocação. Alegaram, arbitrariamente, suposta proibição prevista no código de posturas do município. O que na verdade o código de posturas proíbe é a publicidade, a propaganda comercial sem autorização, mas, nada diz a respeito de divulgação de atos públicos. É a primeira vez, desde que o Comitê existe (2005), que é impedido de panfletar dentro do terminal.

Os policiais militares agiram com brutalidade e arrastaram os militantes (literalmente) por dentro do terminal, à vista de toda a população surpresa com o espetáculo, e os conduziram até uma salinha da segurança, onde receberam empurrões, socos, chutes, e foram humilhados de toda forma, até que finalmente receberam ordem de prisão. Posteriormente, algemados, foram conduzidos de camburão até a delegacia onde lavraram-se os boletins de ocorrência. Os PMs ainda acrescentaram as acusações de desacato e incitação ao crime, por causa do símbolo do movimento em que há um bonequinho chutando uma catraca.

A rapidez com que a PM compareceu ao terminal para prender os militantes indica que estavam de sobreaviso, pois, a convocação para o ato já havia sido distribuída nas escolas nos dias anteriores. Alguns dos militantes receberam ameaças explícitas de que seriam prejudicados particularmente, numa clara intenção de intimidar.

No dia seguinte, durante a manifestação, o calçadão, espaço onde tradicionalmente ocorrem os atos políticos na cidade, estava infestado de policiais militares, vestidos com roupas de campanha, como se fossem à guerra, também para intimidar os manifestantes. Entretanto, os cerca de 100 manifestantes que compareceram não se acovardaram, e o tom das manifestações era de denúncia da repressão do dia anterior, do assassinato do trabalhador rural a mando da Syngenta e da repressão que a reitoria reacionária lança sobre os estudantes da UEL que a enfrentam. A palavra de ordem mais cantada foi: “Polícia Militar, qual é sua missão? Entrar no terminal e agir com repressão. Estudante, qual é sua missão? Lutar por Passe Livre e pela estatização.” No final, como em todas as outras manifestações, foi queimada uma catraca de madeira.

A truculência policial na defesa dos interesses escusos do monopólio do transporte, agiu sem respeitar qualquer simulacro de legalidade, mostra, assim como na perseguição que ocorre em todo o país aos lutadores, que a burguesia tudo fará para preservar seus privilégios e que os trabalhadores e a juventude devem estar preparados para enfrentar a agudização da repressão política. É necessário desde já criar amplos Comitês contra a Repressão para dar uma resposta unificada dos setores em luta diante de cada episódio de repressão e criminalização dos movimentos sociais e políticos.

12º Aniversário de Outubro

Trotsky (17 de outubro de 1929) - Texto completo

O 12º aniversário encontra a república soviética numa situação em que os notáveis progressos se combinam com as dificuldades mais graves, e tanto uns quanto outras continuam avançando. Esta é a característica fundamental da situação e seu principal enigma.

A indústria alcançou e continua alcançando conquistas sem precedentes sob o capitalismo. Muito menos significativo, mas também evidente, é o progresso agrícola destes últimos anos. Por sua vez, observamos um paradoxo absoluto: no mercado há uma severa escassez de mercadorias, em que pese os êxitos econômicos, a escassez persiste de ano em ano e em determinados períodos se agudiza ao extremo. Apesar do rápido crescimento da indústria, faltam artigos manufaturados mais necessários. Mas o que resulta especialmente crítico e intolerável é a escassez de produtos agrícolas, apesar de que o país é predominantemente camponês.

Que significam essas contradições? Devem-se a dois tipos de razões.

As causas fundamentais têm suas raízes na situação objetiva de um país economicamente atrasado que devido à dialética histórica, acabou sendo o primeiro a chegar à ditadura do proletariado e à construção socialista. As causas secundárias residem na política errônea da direção, que cede às influências pequeno-burguesas e aplica uma política cuja função consiste em satisfazer unicamente as necessidades imediatas, e que é incapaz de compreender as circunstâncias no momento necessário e de aproveitar ao máximo os recursos econômicos e políticos da ditadura.

O estado soviético não paga juros sobre velhas dívidas. Virtualmente, tão pouco paga compensações à nobreza, aos banqueiros, aos proprietários de fábrica etc. Estas duas condições, especialmente a segunda, geram por si mesmas um grande capital para a industrialização do país.

O estado operário, ao unificar a administração da indústria e o transporte – condição necessária para a economia planificada -, abriu possibilidades inesgotáveis para a livre utilização da energia e seus recursos, isto é, para a aceleração do crescimento econômico do país.

Essas são as enormes conquistas da Revolução de Outubro. As desvantagens – não da revolução em si mesma, mas das condições em que se levou a cabo – são as seguintes: o baixo nível de desenvolvimento capitalista da Rússia czarista, o caráter fragmentado e extremamente atrasado da economia camponesa, o baixo nível cultural das massas populares e, finalmente, o isolamento da república soviética, rodeada por

um mundo capitalista infinitamente mais rico e poderoso.

A necessidade de investir de bilhões de rubros anuais no exército e na marinha não é senão a consequência mais imediata e evidente do cerco capitalista inimigo.

Outra consequência é o monopólio do comércio exterior, tão necessário para a república soviética como o exército e a marinha. A abolição, ou inclusive a debilidade, do monopólio do comércio exterior (Stalin tratou de fazê-lo em fins de 1922, influenciado por Skonokov) implicaria não só o retorno da Rússia ao caminho capitalista mas sua transformação em um país semicolonial. Mas não se pode esquecer que o monopólio do comércio exterior implica a exclusão automática da Rússia da divisão internacional do trabalho, que foi a base do desenvolvimento capitalista deste país. A consequência direta da expansão geral da economia foi uma notória contradição do comércio exterior. Conseqüentemente, a rápida expansão da industrialização está determinada, em grande medida, pela necessidade da república soviética de produzir tudo o que a Rússia burguesa recebia do exterior com maior vantagem. Se houvesse regimes socialistas em outros países, o monopólio do comércio exterior, por conseguinte, não seria necessário, e a URSS receberia dos países mais avançados os produtos de que necessita, em termos absolutamente mais proveitosos do que os que desfrutava a Rússia burguesa. Na situação atual, o monopólio do comércio exterior, absolutamente indispensável para proteger os fundamentos da economia socialista, exige imperativamente gigantescos investimentos na indústria para que o país possa simplesmente sobreviver. Foi essa situação que produziu a escassez crônica de produtos acabados num momento de grande avanço da produção industrial.

O caráter fragmentado da economia camponesa, herança do passado, exacerbou-se com a Revolução de Outubro, já que seu primeiro objetivo foi a “revolução agrária democrática”. A fragmentação do setor agrícola apresentaria sérias dificuldades para a reconstrução socialista da agricultura na Rússia ainda que o proletariado já tivesse tomado o poder nos países mais avançados. Estas dificuldades são muito maiores já que o país da Revolução de Outubro só conta com seus próprios recursos. Entretanto, a extrema lentidão da reconstrução socialista provoca uma maior divisão da terra e, em consequência, um aumento da proporção da produção destinada ao auto-consumo.

Esta é uma das razões da escassez de produtos agrícolas.

Não menos importante é o alto preço dos bens industriais. É o meio de que dispõe a indústria para pagar sua transição para uma economia mais avançada e ao mesmo tempo continuar investindo naqueles ramos que se tornaram necessários à causa do monopólio do comércio exterior. Em outras palavras, para o campo é muito alto o custo da indústria socialista.

O camponês estabelece uma separação rígida entre a revolução agrária democrática que completaram os bolcheviques e os fundamentos que estes assentaram para a revolução socialista. A transferência da propriedade da terra dos grandes proprietários ao campesinato – a revolução democrática – deu-lhe por volta de quinhentos milhões de rubros, ao libertá-lo do pagamento da renda. Mas devido às distâncias dos preços, os camponeses estão pagando uma soma muito mais elevada em benefício da indústria estatal. Resulta então que, para o campesinato, o balanço das duas revoluções que se combinaram em

Outubro implica de todos os modos um déficit de bilhões de rubros. Este é um fato indiscutível, e além disso muito importante para avaliar tanto a situação econômica como a situação política do país. Temos de enfrentá-lo abertamente. Constitui a base das deterioradas relações entre o campesinato e o governo soviético.

O ritmo lento de crescimento da economia camponesa, sua fragmentação posterior, as distâncias dos preços industriais e agrícolas – numa palavra, as dificuldades econômicas do país – criam condições favoráveis para o desenvolvimento do camponês rico (kulakis) e para que estes ganhem influência desproporcional por seu peso numérico e pelos recursos materiais de que dispõem. O excedente de cereal, que está principalmente em mãos dos estratos superiores da aldeia, é um elemento de escravização do camponês pobre e de venda especulativa aos elementos pequeno-burgueses das cidades, ficando eliminado do mercado nacional. Não só falta cereal para a exportação mas inclusive para cobrir às necessidades internas. O volume extremamente reduzido das exportações leva a ter de diminuir drasticamente a importação de bens acabados e, além disso, da maquinaria e matéria-prima industrial, o que por sua vez nos obriga pagar cada avanço da industrialização reduzindo extraordinariamente nossos recursos econômicos.

Isso explica fundamentalmente por que, em uma época de ressurgimento geral da economia e com um ritmo veloz de industrialização, na república soviética continuam existindo as “filas”, que é o argumento mais forte contra a teoria do socialismo em um só país.

Mas as filas são também um argumento contra a prática econômica oficial. Aqui passamos dos fatores objetivos aos subjetivos, sobretudo à política da direção. É indubitável que nem a direção mais correta e previdente poderia conduzir a URSS à construção do socialismo dentro de suas fronteiras nacionais, isolada da economia mundial pelo monopólio do comércio exterior. Se a revolução proletária nos países capitalistas avançados se posterga por várias décadas, a ditadura do proletariado da república soviética cairá inevitavelmente, vítima de suas próprias contradições econômicas, combine ou não esse processo com a intervenção militar. Traduzido em linguagem política, isto significa: o destino da república soviética, nas condições mencionadas, está determinado pela direção econômica interna e pela luta revolucionária do proletariado internacional. Em última instância, o segundo é o fator decisivo.

Uma correta direção econômica na URSS significa que se utilizem os recursos e oportunidades de maneira tal que um ascenso genuíno e notório do nível de vida das massas trabalhadores acompanhe o avanço do socialismo. Agora o objetivo prático não é “ultrapassar” toda a economia mundial – uma fantasia – mas sim consolidar as bases industriais da ditadura proletária e melhorar a situação dos trabalhadores, fortalecendo o requisito político da ditadura, isto é, a unidade do proletariado com o campesinato não explorador.

A política correta na URSS significa prolongar o mais possível a existência da ditadura nas condições de isolamento em que se encontra. A política correta da Internacional Comunista implica impulsionar o máximo possível o triunfo do proletariado dos países avançados. Num certo ponto essas duas linhas

têm de se unificar. Somente com esta condição o contraditório regime soviético atual poderá – com perseverança – converter-se em uma sociedade socialista sobre a base da expansão do socialismo que finalmente deverá abarcar todo o mundo.

O tempo, fator político crucial em geral, torna-se decisivo ao encarar o problema do destino da URSS. Entretanto, deste 1923, a direção atual vem fazendo todo o possível para deixar correr o tempo. Os anos de 1923, 1924 e 1925 se perderam ao combater a chamada super-industrialização – denominação com que se referiam à exigência da Oposição de que se acelerasse o ritmo da industrialização -, o princípio da economia planificada e a previsão econômica em geral. A aceleração do ritmo da industrialização se encarou empiricamente, em saltos e com mudanças tão bruscas que aumentou enormemente o custo da construção e foi um peso para as massas trabalhadoras. Faz seis anos que a Oposição exigiu que se elaborasse um plano quinquenal. Nesse momento se ridicularizou esta exigência no estilo totalmente de acordo com a mentalidade do proprietário pequeno-burguês que teme os grandes objetivos e as grandes perspectivas. Qualificamos esta atitude de menchevismo econômico. Por exemplo, todavia em abril de 1926, Stalin afirmava que necessitávamos de hidrelétrica do Dnieper tanto como um camponês pobre necessita de um fonógrafo, e por sua vez negava absolutamente que o ritmo de nosso desenvolvimento econômico dependeria dos acontecimentos mundiais.

O plano quinquenal chegou com cinco anos de atraso. Os erros, retificações e ajustes dos últimos anos se fizeram à margem de um plano geral, e por essa razão a direção aprendeu muito pouco deles. É impossível não lembrar aqui que o primeiro projeto de um plano quinquenal, preparado em 1927, era mesquinho, minimalista e economicamente covarde. A Oposição o criticou implacavelmente em seu programa. Foi essa crítica baseada nas necessidades reais do desenvolvimento econômico, o que determinou que no transcurso de um ano se revisasse integralmente o plano. Prontamente, deixaram descartados todos os argumentos contra a “super-industrialização”. O aparato, que durante vários anos havia funcionado de acordo com o menchevismo econômico, recebeu a ordem de considerar herético tudo o que até o dia anterior era palavra santa, e por outro lado, de oficializar a heresia até então chamada “trotskismo”. Esta resolução tomou totalmente desprevenidos tanto os comunistas como os especialistas do aparato, educados na linha exatamente oposta. Os primeiros intentos de resistência ou as tímidas demandas de explicação foram sumária e severamente castigadas. Como podia ser de outro modo? Permitir explicações implicaria descobrir que a direção esta ideologicamente em bancarrota, que deixou de lado todos seus pressupostos teóricos. Desta vez o aparato se submeteu silenciosamente. À pessoa que deu o in-

90 Anos da Revolução Russa
 A vigência do marxismo e a necessidade do partido mundial da revolução



Palestra e Debate:

Data: Sábado 27 de outubro
Hora: 16h
Local: Campus do Itapery/UECE. Sala 10 Bloco G

Promoção:
PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO – POR

forme sobre o plano quinquenal (Rikov) se lhe atribui a seguinte fórmula: é melhor estar pelo (é dizer apoiar) ritmo acelerado de desenvolvimento do que estar dentro (do cárcere) por se colocar contra.

Se o novo plano se impôs com o chicote nas mãos, não é difícil imaginar como se oporá o aparato à sua aplicação, já que nove das dez partes estão mais à direita que a direita oficial. Entretanto, a esquerda, cujo programa se tomaram as idéias básicas do plano quinquenal, continua submetida à repressão e à calúnia. O aparato vive esperando novas mudanças e viradas, e nem sequer se atreveu a pedir ajuda ao sindicato de camponeses pobres. O partido se encontra a cada momento diante de fatos consumados. O aparato

não confia no partido e o teme. Nessa situação ninguém vê no novo plano quinquenal a expressão de uma virada para a esquerda meditada e firme. Isto é, ninguém a não ser um punhado de capituladores.

O mesmo pode-se dizer a respeito da política da Internacional Comunista. Depois da união com Chiang Kai-Shek, da teoria do “bloco das quatro classes”, do chamado à formação de um partido operário e camponês, da colaboração amistosa com o Conselho Geral – que traiu a greve geral -, a Internacional saltou em vinte e quatro horas à consigna: nenhum acordo com os reformistas, combater o social-fascismo para conquistar as ruas. O novo e pronunciado zig-zague se baseou na teoria do “terceiro período”, especialmente propícia para semear ilusões, estimular as empreitadas aventureiras e preparar o novo giro...à direita.

Em consequência, o 12º aniversário da Revolução de Outubro encontra a república soviética e a Internacional imersas em grandes contradições e dificuldades que demonstram, pela negação, a correção da teoria marxista da revolução socialista. Com Lenin, entramos na Revolução de Outubro profundamente convencidos de que na Rússia a revolução não podia ter um caráter independente e acabado. Acreditamos que não era mais do que o primeiro elo para a revolução mundial e que o destino deste elo estaria determinado por toda uma cadeia. E hoje continuamos defendendo esta posição. Os progressos alcançados na construção socialista avançam paralelamente às contradições, e serão inevitavelmente devorados por estas se no futuro as conquistas da revolução mundial não apóiem a república soviética.

A expulsão do partido e a perseguição desfechada ao setor revolucionário dentro da república soviética constituem uma clara expressão política das contradições de uma república proletária isolada em um país atrasado. Não é surpreendente, por paradoxo que pareça, que os Bessedovskis – que são inumeráveis – expulsem os Rakovskis e depois, na primeira oportunidade, passem para o bando da reação.

Espinosa dizia: “Não chorar nem rir, mas sim compreender”. Há que compreender para lutar melhor pela Revolução

de Outubro.

Durante o 13º ano se aprofundarão as contradições. Pode-se tomar desprevenido um partido debilitado e estrangulado. Diante da primeira grande dificuldade levantarão a cabeça os Bessedovskis de todo o calibre. O aparato centrista demonstrará que é um aparato e nada mais. O núcleo proletário necessitará de uma direção e só a Esquerda comunista, temperada na luta, poderá proporcioná-lo.

Saudamos o 13º ano aqui do desterro, da prisão e do exílio. Mas não somos pessimistas.

O princípio da ditadura proletária deixou sua marca indelével na história. Demonstrou a força tremenda de uma jovem classe revolucionária dirigida por um partido que sabe o que quer e é capaz de unir sua vontade com o processo objetivo em desenvolvimento.

Esses 12 anos demonstraram que a classe operária, ainda que num país atrasado, não só pode se arranjar sem banqueiros, grandes proprietários rurais e capitalistas, mas também avançar a indústria mais rapidamente do que sob o domínio dos exploradores.

Esses 12 anos demonstraram que a economia planificada centralizada é incomensuravelmente superior à anarquia capitalista, representada pelos poderosos conglomerados que se combatem entre si.

As conquistas, exemplos e lições são irremovíveis. Gravaram-se para sempre na consciência da classe operária mundial.

Não rechaçamos nada, nem lamentamos nada. Vivemos com as mesmas idéias e atitudes de Outubro de 1917. Podemos ver mais além dessas dificuldades circunstanciais, pois, por mais que transborde o rio, sempre vai parar no oceano.

Nesta edição:

- O significado da rebelião de El Alto
- Qual é o futuro de nossa luta?



Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

O significado da rebelião de El Alto

Surpreendeu a todos a violência das mobilizações dos últimos dias em El Alto, La Paz. Inicialmente as pessoas saíram às ruas exigindo que o governo cumpra com o compromisso de construir as mil salas de aulas nos estabelecimentos educativos; inesperadamente, logo depois, a mobilização se voltou contra os bordéis, karaôquês e boates. Dezenas destes locais foram queimados pelas massas ensandecidas frente ao olhar impotente da polícia.

Os dirigentes oficialistas se esforçaram em vão para dizer que o movimento não era contra o presidente Evo Morales, mas contra seus colaboradores. Os explorados nas ruas não fazem essas distinções sutis; para eles, é o governo em seu conjunto que não tem a capacidade de resolver seus problemas vitais, como a educação, a saúde e previdência pública, além de outros problemas derivados do processo inflacionário que se inicia no país.

O que fazem instintivamente as massas tem uma explicação política: El Alto

foi o baluarte do MAS, lhe deu uma espetacular vitória eleitoral. Confiou que o “governo indígena” daria solução aos problemas vitais; esperou pacientemente por quase dois anos resultados concretos, e nada. A situação dos explorados, em lugar de melhorar, piora como conseqüência da alta dos preços dos produtos mais importantes da cesta básica familiar (pão, arroz e nos últimos dias a carne, as batatas, etc.) e a redução de seus salários é cada vez mais dramática. Acumula-se imperceptivelmente o mal-estar social e esta energia social tende a explodir no momento menos esperado e por qualquer motivo. Neste caso foram as mil salas de aula e os bordéis.

O que está ocorrendo em El Alto também ocorre em todo o país. Os explorados se rebelam contra o governo e suas direções oficialistas; suas exigências são cada vez mais radicais e inevitavelmente voltam às ruas para reclamar sua atenção.

Continua vigente o problema político mais importante neste momento. A direção revolucionária está demasiada-

mente enfraquecida e quase ninguém a vê. Não aparece atuando no seio das massas e mostrado a estas o objetivo político de superar o atual governo que desenvolve uma inconfundível política burguesa e acaba por se submeter ao imperialismo, à empresa privada e a suas expressões políticas como nos acordos que vêm fazendo na comissão suprapartidária para viabilizar a continuação da Constituinte. Pela falta de perspectivas claras, as explosões instintivas das massas não podem se transformar em consciência, em política revolucionária. Por essa razão, tão logo aparecem com extremada virulência, se apagam para depois voltar a explodir em qualquer outro momento e lugar. A debilidade da direção política faz com que o parto da revolução se torne muito doloroso e as massas, no processo, cometam erros que podem terminar em derrotas.

(extraído do “Massas” boliviano nº 2059 de 26/10/2007)

Qual é o futuro de nossa luta?

Patricio

Perguntamos ao representante dos opressores e exploradores, enfim dos burgueses, ou seja, ao pretense “MOVIMENTO AO SOCIALISMO” (MAS): por que o atual vice-presidente proclamou aos quatro ventos que “o M.A.S. tinha a missão de desenvolver o capitalismo altioplânico?”. O presidente Evo Morales complementou esse enfoque com a conhecidíssima proclamação de respeito e de defesa da propriedade privada dos meios de produção em todas suas dimensões.

Resumindo: colocar na base da sociedade o alicerce da propriedade privada dos meios de produção é construir a sociedade burguesa, que na atualidade se concentra nas potências imperialistas e nos países capitalistas atrasados que são seus lacaios.

O governo boliviano atual aparece perfeitamente acomodado na sociedade burguesa, o que vale dizer que está assentado na propriedade privada dos meios de produção, que é dirigida pelo imperialismo.

O regime masista está empenhado em potenciar-se no plano internacional, para isso busca desesperadamente se apoiar em países de maior peso que o boliviano. Está empenhado em encontrar protetores muito mais que simples aliados, a fim de poder potenciar-se um pouco mais.

Como defensor da propriedade privada dos meios de produção se empenha em se distinguir como aliado da burguesia e quanto mais poderosa melhor.

Aparece como pacífico, progressista, aliado dos outros governos, maneja meios de cooperação e não de luta e guerra. Para o masismo, não existe luta de classes, seu sonho maior é a cooperação entre pobres e ricos.

Na época em que vivemos, de constante choque e luta de classes, entre burguesia e pro-

letariado (que defende os interesses dos pobres e oprimidos, começando pelos setores oprimidos da classe média, do artesanato, dos camponeses, dos desempregados e famintos), o M.A.S. e seu governo pregam a cooperação entre os pobres, os explorados e oprimidos com os poderosos, os milionários (burguesia).

O Partido Operário Revolucionário é a organização do proletariado que dirige politicamente as massas exploradas e oprimidas pela burguesia e pelo imperialismo, expressão da luta de classes, que encaminha a sepultar a propriedade privada, particularmente a grande, dos meios de produção. Neste sentido, não se pode fazer concessão alguma. É inconce-

bível qualquer entendimento com o adversário classista, como vêm pregando os reformistas e os traidores.

Desta reivindicação elementar, se conclui que os marxistas-leninistas-trotskistas, os revolucionários de nossa época, somos obrigados a combater com firmeza e incansavelmente a burguesia e seus serventes, que é o mesmo que dizer contra a propriedade privada dos meios de produção em todas suas dimensões.

O objetivo do proletariado e o nosso é sepultar o capitalismo, a propriedade privada e levantar a sociedade comunista alicerçada na propriedade social dos meios de produção.

É por tudo isso que não podemos deixar de lutar contra o M.A.S., seu governo e seus aliados, fundamentalmente porque são a encarnação da propriedade privada dos meios de produção.

Não devemos esquecer que a luta pela sociedade comunista não pode ser limitadamente nacional; para se afirmar, para transformar radicalmente a atual sociedade, a luta para impor a nova sociedade tem de ser necessariamente internacional, como ensina a história de tudo o que ocorreu até hoje nesse campo.

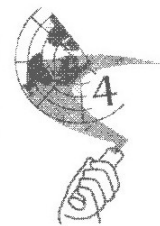
Por isso, nossa luta pela revolução social tem de estar soldada ao trabalho pela reconstrução da Quarta Internacional Marxista-leninista-trotskista. Tudo o que ocorreu até hoje nesse campo indica que a construção da sociedade comunista, sem classes sociais nem fronteiras nacionais, somente pode se materializar internacionalmente.

Sobre o problema agrário: potenciar o aparecimento do comunismo e suas expressões existentes. Respuesta geral: impor as fazendas coletivas para sepultar a propriedade privada e potenciar a mecanização e eletrificação do campo.

(extraído do “Massas” bolivi-

Aquira com o distribuidor deste jornal:

90 anos da Revolução de 1917: A Revolução Russa e a Guerra



Artigos do
Lenin de
1914 e 1917

Partido
Operário
Revolucionário



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DIÁDURA PROLETÁRIAS
MASSAS